

Editorial

Este número da *Revista Brasileira de Pós-Graduação* traz, na seção Documentos, o Resumo Executivo do Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2005-2010). Lançado em janeiro de 2005, esse plano é particularmente bem-vindo, pois retoma uma tradição que teve início com o I PNPG (1975-1979) e foi interrompida ao findar o III PNPG (1989). Apesar das tentativas realizadas – sobretudo entre 1996 e 2000 – só agora se conseguiu concluir o conjunto de tarefas de elaborar, debater, aprovar e divulgar um outro plano nacional, graças à colaboração de especialistas e à participação de vários segmentos da comunidade acadêmica, de sociedades científicas, de órgãos do governo e de comissões do Congresso Nacional. O reconhecimento pelo sucesso da iniciativa vai, em primeiro lugar, à Comissão responsável pela elaboração do Plano, pelo trabalho intenso e a visão lúcida ao longo do processo, e à diretoria da Capes pela determinação em cumprir o propósito assumido.

Esse plano deverá nortear, nos próximos anos, políticas e estratégias para o desenvolvimento e a diversificação da pós-graduação brasileira, sem perda do seu padrão de qualidade. Além dos cenários de crescimento e das metas a serem atingidas no período pela pós-graduação, o PNPG aborda os tópicos: estabilidade e indução; estratégias para a melhoria do desempenho do sistema; financiamento e sustentabilidade; novos modelos; políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior; avaliação e qualidade.

Na mesma seção, encontra-se outro documento de interesse: Sinopse da Avaliação Trienal da Pós-Graduação-2004 (período avaliado 2001-2003), compilado por Maria Auxiliadora Nicolato. Apresenta, de forma sintética, informações sobre essa tradicional atividade da Capes, seu processo e resultados. Os 547 avaliadores mobilizados só para a fase final de avaliação, comparados com os 434 da edição de 2001, dão uma idéia da magnitude e complexidade do evento que, com o crescimento anual médio do número de cursos de quase 9% nos últimos oito anos, há de se tornar cada vez mais complexo e deverá desafiar a criatividade da Agência. Os resultados mostram que o acompanhamento e a avaliação dos programas trazem bons frutos, pois, em geral, a qualidade da pós-graduação não só é mantida, mas melhorada: os cursos com notas 5, 6 e 7 têm índices percentuais maiores que os obtidos em 2001, enquanto que são menores os percentuais de cursos com notas 1, 2 e 3.

Três dos trabalhos que compõem este número da *RBPG* mantêm relação com os documentos acima citados. “Formação de doutores no Brasil e no mundo: algumas comparações”, de Paulo Sergio Marchelli, mostra que o Brasil, embora esteja longe dos primeiros na corrida do conhecimento, é o que mais cresceu, relativamente, na última década e, no que toca à formação de doutores, segue os passos das nações desenvolvidas.

No sentido de evitar que o otimismo se transforme em ufanismo, Elisio Contini e Patrick Séchet constataam que, apesar de estar entre os países emergentes em C&T, “Ainda há um longo caminho para a ciência e a tecnologia no Brasil”. A dominância dos três grandes pólos geradores de ciência e tecnologia no mundo – Estados Unidos, União Européia e Sul da Ásia – deverá continuar por muitos anos. Os autores consideram que alianças estratégicas com centros de excelência, projetos conjuntos e outras formas de cooperação são o caminho para inserção progressiva do Brasil entre os países líderes em ciência e tecnologia.

Gerhard Jacob, em “A pós-graduação e o desenvolvimento tecnológico do Brasil”, observa que não há mais uma necessidade tão premente de docentes em várias áreas da pós-graduação, enquanto é acentuada a falta de pesquisadores em tecnologia. Aponta a falta de uma política de formação de quadros para mercados não-acadêmicos e de contribuições para o desenvolvimento tecnológico que poderiam vir de universidades técnicas de ponta. Alerta sobre as novas possibilidades trazidas pela Lei de Inovação, segundo a qual as agências de fomento à pesquisa poderiam apoiar financeiramente empresas privadas, bem como docentes e outros servidores públicos, remunerando-os por atividades adicionais de pesquisa tecnológica, sem prejuízo de seus direitos.

Os demais artigos abordam um amplo leque de temas. A partir de uma análise de dissertações de mestrado na área de Educação, Priscila Larocca, Ademir José Rosso e Audrey Pietrobelli de Souza avaliam como o tópico “formulação de objetivos” é desenvolvido pelos alunos; e Silvia Regina Marques Jardim e Anete Abramowicz estudam como é abordada a questão do gênero nas dissertações. O estresse entre mestrandos e doutorandos de duas faculdades de Medicina Veterinária é objeto do estudo de Juan Carlos Duque, Juliana Tabarelli Brondani e Stelio Pacca Loureiro Luna.

Dois trabalhos analisam a relação entre graduação e pós-graduação em áreas específicas: Giselda Brito Silva estuda o caso da “Dissociação entre a licenciatura e a pós-graduação em História”; Georgete Medleg Rodrigues e Angelica Alves da Cunha Marques analisam “A inserção da arquivística nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil”.

Representações que alunos e docentes de um curso de Odontologia têm acerca da Saúde Coletiva é o tema apresentado por Marilene Barros de Melo. Finalmente, Annibal Parracho Sant’Anna apresenta uma forma alternativa de avaliação do desempenho global dos cursos de pós-graduação e da evolução dessa ao longo do tempo, utilizando o modelo de composição probabilística.

Fernando Spagnolo
Editor